
MOVIMENTOS SOCIAIS, PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA, IDEOLOGIA E DESFETICHIZAÇÃO?*

Pítias Alves Lobo

Resumo: este artigo tem como objetivo apresentar as conceituações contemporâneas dos Movimentos Sociais, assim como problematizar as suas atuações e perspectivas de formação dentro dos parâmetros da base marxiana como método. Identificar-se-ão os processos de consciência, que dualizam entre a emancipação e a constituição da Ideologia, esta última, como uma das formas emanadas de percepção do mundo. Apontamos os tensionamentos entre Trabalho e Capital como categorias, ainda, inexoráveis de constatação do resultado extrator do trabalho vivo pelo capitalismo, e da tentativa de uma epistemologia pós-moderna de “responder” à modernidade. Apresentamos possibilidades da desfetichização como direcionamentos e pautas na formação política dos sujeitos que, assim, interagem com os diversos grupamentos societários. As conclusões levam-nos a uma perspectiva radicalizada de aprofundamentos das lutas sociais, que levem em consideração a totalidade dos envolvimento e da necessidade de articulação das convergências dentro das diversas temáticas protagonizadas pelos Movimentos Sociais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Marxismo. Educação.

SOCIAL MOVEMENTS, CONSCIOUSNESS PROCESS, IDEOLOGY
AND DESFETICHIZAÇÃO?

Abstract: *this article aims to present contemporary concepts of social movements, as well as discuss their performances and prospects of education in the Marxist basis of parameters like method. Identify will be the processes of consciousness between emancipation and the formation of ideology, the latter as a way emanating from perception of the world. We pointed out the tensions between Labor and Capital as categories also relentless in finding extractor result of living labor by capitalism, and the attempt at a postmodern epistemology “answer” to modernity. The possibilities of fetishism are present as directions*

and guidelines on political education of the subjects who thus interact with the various corporate groups. The findings lead us to a radicalized perspective of deepening social struggles that take into account all the implications and the need for coordination of convergences within the various thematic spearheaded by social movements.

Keywords: *Social Movements. Marxism. Education.*

A partir dos procedimentos educativos dos movimentos sociais, constatamos problemáticas advindas dos processos contemporâneos, que ora corroboram, ora dissolvem e fragilizam a luta dos setores cuja pauta se encontra no tensionamento Trabalho versus Capital.

Nessa perspectiva é que se considera pertinente a reflexão de como se estabelece a relação dos movimentos sociais na contemporaneidade e as perspectivas de desenvolver um programa de formação política no encontro com uma práxis transformadora a ser protagonizada por seus sujeitos.

Embora isso seja uma tônica nos postulados emancipatórios desses movimentos, a nosso ver, coexiste com essa intencionalidade uma objetividade societária da fetichização dos valores, comportamentos e expectativas criadas, a partir da própria consciência/ *práxis* da propriedade privada introjetada pelos sujeitos e internalizada no exato momento do encontro do “jogo” das hegemonias e, nessa disputa, o Capital e a sua pedagogia encontram lócus fértil para as suas realizações. Diante do exposto, é que exploraremos nesse artigo as formas contemporâneas de educação e a realização e a não realização das cartas programáticas educativas dos movimentos sociais.

AS CARACTERÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Realizar uma análise dos movimentos sociais é adentrar uma seara de disputas conceituais e divergências que, ora expõem enraizamentos clássicos vinculados anteriormente aos anos 70, ora “avança” para postulações do pluriculturalismo e aglutinações sociais com temáticas próprias, como: as questões de LGBT¹, meio ambiente, expressão religiosa e outros.

Ao discorrermos sobre as formas interpretativas que os movimentos sociais construíram para manter uma pauta emancipatória recorre a algumas sínteses que expressam um cenário cada vez mais complexo. Vejamos a assertiva em Scherer-Warren e Lüchman (2004, pp 13-14):[...] Até então, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre os movimentos sindicais, operários, ou nacionais- populares, na interface da temática nação x classe [...].

[...] os “estudos de caso” se multiplicaram, ampliando, assim, consideravelmente o conhecimento empírico sobre uma realidade ainda pouco estudada. Deixou-se o sujeito falar e se auto - identificar, confundindo-se, algumas vezes, a auto - reflexão com a análise sociológica [...].

Do ponto de vista da tentativa de construção de um modelo analítico alternativo ao paradigma clássico marxista, debruçou-se, sobretudo sobre as contribuições dos teóricos dos mo-

vimentos sociais urbanos (Castells, Lojkin, Borja e Pickvance, para citar os mais referenciados). Esse paradigma permitia ampliar as perspectivas para além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção, buscando seu potencial de transformação a partir de sua inserção na esfera de reprodução social (SCHERER-WARREN; LÜCHMAN, 2004, p. 13- 4).

Nessa perspectiva, problematizamos o teor da ampliação, que, sem dúvida alguma, trouxe novos referenciais de análise, mas com que agenda comum para uma pauta emancipatória? Ou os chamados movimentos de pauta única ganharam força disseminadora no arvorecer de uma suposta “pós- modernidade”? O ambiente identificador das complexidades possibilita-nos uma aproximação crítica com as autoras, mas, também, um desvencilhar dentro das constatações, a nosso ver, de uma postura unicista², mesmo com presença do fenômeno das Redes (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004) com suas bases articuladoras.

No soar de uma suposta esfera democratizante da práxis social, as sutilezas que o pensamento pós- moderno encontra para fundar-se como concepção epistemológica traz algumas reflexões importantes. Veja-se, para tanto, um ícone desse parâmetro:

[...] Assim, na cultura pós - moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de força-la a se autotranscender. O pós- modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo. O “estilo de vida” da superpotência tem, então, com o “fetichismo” da mercadoria de Marx, a mesma relação que os mais adiantados monoteísmos têm com os animismos primitivos ou com as mais rudimentares formas de idolatria [...] (JAMESON, 2002, p. 14).

Nos termos da efetividade de uma práxis societária³, o que, atualmente, expressam como características os movimentos sociais?

As conceituações iniciais presentes em Gohn (2008) e classificadas em suas distintas formulações colocam a predominância de entendimento da seguinte maneira: a primeira delas diz respeito aos movimentos de identidade, de luta por direitos societários, econômicos e políticos, chegando até aos culturais. Os grandes expoentes representativos são os grupos de negros, índios, mulheres, os deficientes de diversas categorias, religiosos e outros.

O segundo grupo representa os movimentos sociais que lutam por melhores condições objetivas e de vida, como: educação, saúde, lazer, transportes, emprego e outros. Por aproximação, a nosso ver, os sindicatos são integrantes dessa categorização.

A terceira e mais nova constituição de movimentos sociais advém de redes socio-políticas, com representações em Fóruns, Agendas, Conselhos e Plenárias de diversas organizações, com objetivos de articulação e fortalecimento de pautas de consenso.

Essas três categorizações percorrem o envolvimento, cada vez mais, imbricado em ações articuladas nas esferas institucionais públicas, da sociedade civil e da esfera mercadológica. A ênfase em qualquer uma delas pode ocasionar um confinamento e cerceamento do objetivo emancipatório ou conservador. Sobre esse ponto, adiante enfatizaremos mais essa discussão sobre uma suposta idealização dos Fóruns articuladores e das práxis sociais em diversos movimentos sociais.

A discussão acerca dos envoltimentos entre da tríade Estado, Movimentos Sociais e Mercado cria uma síntese, que recai sobre a Sociedade Civil de maneira genérica. Nessa

questão, como essa compreende, apreende e atua em relação aos atores colocados? Vale ressaltar que emanam da própria sociedade civil movimentos não organizados, mas provindos de uma “espontaneidade”.

Essa última categoria da espontaneidade tem que ser analisada com minúcia, pois, a princípio, relaciona-se com o apelo midiático que transita e tenciona formas de movimentação, sem, é claro, uma exposição da própria mídia como sujeito, e sim, como “comunicadora” de Eventos, sem se tornar um ícone de clara evidência, amalgamando assim, a sua atuação pedagógica dominante, que capta valores, crenças, comportamentos da população e age para valorizá-los.

Nesse direcionamento, os supostos movimentos espontâneos não passam de uma malha organizada pelo Taylorismo Social (KUMAR, 1997), que faz parte de uma rede de supervisão e propaganda, que administra pesquisas de opinião pública e fiscaliza procedimentos no âmbito da cultura a serem disciplinados, por uma malha dominante das sociedades industriais capitalistas. Nessa perspectiva Kumar (1997, p. 45) salienta:

[...] A esfera pública aberta de antigos corpos políticos liberais, o espaço criado para discussão e debates públicos cederam cada vez mais terreno à esfera administrada, dominada pela perícia técnica e por conceitos estreitos de racionalidade útil.

Ao colocarmos os movimentos da sociedade civil em destaque, ampliamos o enfoque para as redes educativas, que substancialmente se relacionam com um aparato ideológico com potencialidades educativas e enraizadoras, como se pode observar:

[...] Nos últimos duzentos anos, o capitalismo contou com numerosas ideologias- o *laissez-faire*, o gerencialismo, o paternalismo social e mesmo, defensavelmente, variedades do fascismo e do comunismo. Todas elas mantiveram um tipo especial de relação com a sociedade capitalista e todas contiveram características e contradições próprias. Qual o tipo de ideologia da sociedade de informação e quais as suas contradições particulares? Ideologias, como observaram muitos autores, não são simplesmente ideias na cabeça de alguém, mas práticas concretas, tão reais como quaisquer outras práticas sociais. São realidades vívidas. Limitam-nos o pensamento sobre nós mesmos e o mundo em que vivemos e, dessa maneira, revestem-se de consequências práticas (KUMAR, 1997, p.46).

Ao apreendermos a categoria ideologia fazemos uma análise mais aprofundada, relacionando-a como um processo de consciência, herdado das condições históricas e das bases objetivas de germinação do modo de produção capitalista, até as atuais formas de propagação de seu ideário valorativo e educativo, no próximo item.

AS METAMORFOSES DA CONSCIÊNCIA

A princípio, os processos de consciência mantém um elo histórico objetivo com as formações societárias, o sujeito social, assim compreendido, acompanha as gradações de apreensão dos fenômenos sociais e contemporâneos de diferentes formas. Em um primeiro momento, Marx e Engels (1979, p. 43) dizem: “A consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente”.

O tornar-se consciente, com base marxiana, pressupõe uma realidade existente, independente da vontade do sujeito, ou seja, determinadas dialeticamente pelas condições históricas da existência. Por isso, não podemos afirmar que um recém-nascido tenha consciência da sua condição, pois a relação simbiótica de dependência da mãe não possibilita a percepção eu-outro, pois unifica-se com o seio materno.

O processo de autonomia e consciência em si torna-se realidade quando o indivíduo capta a realidade pré-existente e a apreende em seus movimentos, valores, crenças, ideias e paradigmas como o conjunto de relações sociais. Busca, a partir daí, a compreensão do todo pela parte.

Na constatação de busca da apreensão do todo pela parte, mediações e instituições educativas como a família, escola, meios de comunicação, igreja e outros influenciam inevitavelmente e independente da vontade particular o sujeito, pelo viés ideológico, que aparentemente se naturaliza, mas, como observa Mészáros (2004, p. 327):

Naturalmente, a ideologia dominante tem interesse em preservar o *status quo*, em que até as desigualdades mais patentes já estão *estruturalmente* entrincheiradas e garantidas. Em consequência, pode se permitir proclamar as virtudes dos arranjos “consensuais”, de “unidade orgânica” e “participação”, reivindicando para si, desse modo, também a racionalidade evidente da “moderação” (*dominante*). No entanto, a ordem social que ela defende é necessariamente dilacerada por contradições e antagonismos internos, por mais bem-sucedida que seja, através dos tempos, a reprodução do quadro estrutural hierárquico de dominação e subordinação e a *aparência* de “comunidade orgânica” e “interesses compartilhados”.

O próprio Mészáros (2004), ao desenvolver em suas postulações a base das determinações de classe, a partir da classe *versus* indivíduo; classe *versus* classe; estratificação e unidade; interesse de classe e inércia institucional e hierarquia, dominação e representação participativa. Nessas unidades dialéticas, enfatiza-se uma outra categoria fundamental, que emerge delas - a prática social -, advinda dos antagonismos das relações sociais. Nesse sentido, abre-se um importante e fundamental motor ontológico para a discussão – o trabalho.

O trabalho como atividade criadora e/ou produtora revela um papel importantíssimo na formação da consciência. Em um primeiro instante, consolida a vida objetiva e subjetiva pela mediação homem e natureza; em um segundo momento ocorre pela apropriação privada dos meios de produção da vida e, um deles, o trabalho, a extração da mais valia, ou seja, uma das características do capitalismo, a extração do trabalho vivo, pela apropriação privada, expondo assim, a fratura da sociedade de classes, nela Marx (2006, p. 81) relata:

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível* (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz.

[...] (O estranhamento do trabalhador em) seu objeto se expressa, pelas leis nacionais- econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores criam, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

É papel dessa mesma economia ocultar essa lógica, ou seja, não diferenciar substancialmente o trabalho necessário do excedente (MARX, 1982). Os processos de objetivação da consciência se tornam estranhados, pois o desenvolvimento das formas fetichizadas consolidam uma gradação aperfeiçoada e pedagógica do Capital.

Na sociedade capitalista a condição de propriedade do trabalho assume a dialética opositora de riqueza *versus* pobreza, vejamos, então:

A separação da propriedade do trabalho aparece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho. O trabalho, posto como o não *capital* enquanto tal é: 1) *trabalho não objetivado, concebido negativamente* (no entanto objetivo; o próprio não objetivo em forma objetiva). Enquanto tal, o trabalho é não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto bruto: trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de toda sua objetividade. O trabalho vivo existindo como *abstração* desses momentos de sua real efetividade (igualmente não valor): esse completo desnudamento do trabalho, existência puramente subjetiva, desprovida de toda objetividade. O trabalho como a *pobreza absoluta*: a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva (MARX, 2011, p. 229- 30).

Ao amalgamar o trabalho vivo no trabalho morto, respectivamente, capital variável no capital constante, é identificada a tônica mantenedora do *status quo*, que só por meio de uma abstração do concreto pensado para o imediato mundo das coisas poderá ser desvelado. Como entender isso dentro dos movimentos sociais contemporâneos? As práticas educativas atuais expressam metodologias desfetichizadoras? Essas são algumas questões a serem pautadas.

PERSPECTIVAS EDUCATIVAS DE DESFETICHIZAÇÃO

No diverso universo dos movimentos sociais, seus interesses, organizações e projetos educativos desenvolvem, também, formas fetichizadas de apreensão da realidade, pela própria condição histórica de vida no coexistir da sociedade das mercadorias e de suas hegemonias constituídas no processo de consciência. Vejamos mais uma vez, uma constatação verossímil sobre a mercadoria.

À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. [...] Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. (MARX, 1988, p. 70).

A forma mercadoria é uma das apreensões de realidade dita como verdade inquebrantável e que esconde em si, o trabalho social e as contradições de classe. Esse caráter enigmático necessita pedagogicamente de ser descortinado, como componente das práticas educativas, com pautas emancipatórias. Observemos com mais acuidade essa assertiva.

De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da gran-

deza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho (MARX, 1988, p. 71).

O que está no projeto de formação da militância e/ou interessados pelos movimentos sociais? Traçar metas em torno da aparência dos fenômenos causa um prejuízo e esgotamento das bandeiras de luta. Tentar entender os mecanismos do tensionamento Trabalho *versus* Capital, como negação um do outro nos parece uma estratégia desmistificadora e desfeticizante. Nessa direção o conceito de fetichismo salta-nos aos olhos em relação à mercadoria.

[...] Assim a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. [...] Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Aqui os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1988, p. 71).

Nessa perspectiva, os sujeitos reais são trocados. O Capital aparentemente consegue o tônus de invocar para si a autoria da produção social humana. Vejamos essa constatação em Crespan (2012, p. 123): “De outro modo, o capital não seria o *sujeito*; não denominaria as condições da sua autovalorização; não estabeleceria o fetiche pelo qual a *substância* impotente adquire, pela força dele, [...] uma dimensão imensa”. E, ainda: “Com a inclusão do trabalho enquanto momento e a exclusão dele enquanto totalidade potencial, completa-se a figura da oposição entre capital e trabalho” (CRESPAN, 2012, p. 123).

Ao esconder a mercadoria -, o Valor, entendendo-o como trabalho abstrato socialmente necessário, o faz pela tentativa e “pretensão do capital em tornar-se sujeito da valorização e da mensuração” (CRESPAN, 2012, p. 127).

A categoria *sujeito* torna-se uma peça fundamental para uma epistemologia dos movimentos sociais, nesse ponto, outras categorizações surgem como: oprimidos, excluídos, expropriados, marginalizados. A envergadura dessas últimas nomenclaturas, influenciadas por inúmeras práticas educativas situadas nas Comunidades Eclesiais de Base, no fomento da Teologia da Libertação e com a pedagogia libertadora de Paulo Freire e outros movimentos que ascenderam pela exposição, revisionista e perigosa, do corte neoliberal, que trabalha sem a radicalização necessária e percorre os caminhos discursivos da solidariedade, multiculturalismo e do voluntariado (SHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004) como compensação e resignação perante o retumbante sistema do Capital.

Na análise das nomenclaturas dos “vítimados do Capital” enraizaram-se procedimentos, que permitem, na contemporaneidade, um olhar científico, ao contrário do que foi postulado por Houtart (2007), ao usar o termo “passo pré-científico” com o objetivo de alcançar uma consciência coletiva perante os problemas que atingem as vítimas do Capital- como o maior sistema extrator de trabalho vivo produzido até hoje (MÉSZÁROS, 2006).

A condição desveladora do real nos remete a um método que, por definição, realiza uma síntese das múltiplas determinações do concreto. O processo de abstração derivado

da dialética materialista na história permite-nos uma apropriação dos fenômenos sociais, sem desconsiderar as diversas faces, grupamentos e constituições societárias, como: afrodescendentes, imigrantes, LGBT, sem tetos, sem terras e outros.

A autonomia em relação ao Estado, objeto de aperfeiçoamento de alguns movimentos sociais, não pode ser, de maneira alguma, generalizada aos movimentos sociais brasileiros, visto, ainda, a dependência desses e, a meu ver, uma independência a partir do uso de ONGs, OCIPS, que também, dependem do financiamento e de editais oportunizados pelo Estado. A composição dessas Organizações, com a iniciativa privada, essa por sua vez, com interesses de redução fiscal, nem sempre convergem pelos pressupostos colocados do tensionamento do Trabalho *versus* Capital, a uma pauta emancipatória. Estão, portanto, imbricados e complexamente dependentes.

A disputa pela direção cultural- hegemonia e a construção de outras bases educativas formais e não formais (GRAMSCI, 1979) - dependem de processos de consciência que inclusive pautam-se pelo tirocínio psicofísico (GRAMSCI, 1979, p. 138). Uma certa disciplina é necessária, fundamental e inexorável dentro dos Movimentos Sociais. Nessa direção, nos aproximamos de Arroyo (2012), ao versar sobre a necessidade de desocultar os conflitos, trazer para a história as contradições, envolvimento, lutas, conjunturas, que instrumentalizam os seus participantes para o próprio exercício do empoderamento da luta coletiva.

Mesmo os movimentos de luta de base ecológica e dos Partidos Verdes (MÉSZÁROS, 2006) perderam a sua radicalidade pela composição assumida e estreita com as personificações capitais. É prioritariamente importante essa discussão pela hecatombe antiecológica que se anuncia, pelo desenvolvimento acelerado das forças produtivas do capitalismo, pois “o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada e decisão” (MÉSZÁROS, 2006, p. 97).

[...] Com efeito, somente pode-se entender a natureza observando suas relações concretas com a sociedade ao longo da História. Conforme sintetizam Smith e O’Keefe (1980), a base real da história é a relação material homem/ natureza. Segundo estes autores, observa-se que em Marx há uma unidade- e não identidade- da natureza com a história, isto é, com o homem. E é com base no conceito de natureza que Marx constrói a teoria científica. Natureza separada da sociedade, dizem, não faz sentido. Ela é inserida no contexto das estruturas que a sociedade cria para possibilitar sua própria existência (MONTIBELLER, 2004, p.34).

Talvez uma pauta aglutinadora seja o envolvimento dos Movimentos Sociais com a temática ambiental, independente de identidades constituídas e de interesses imediatos, mas, dos históricos, pois emanam das condições materiais de produção e perpetuação da existência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o materialismo e o idealismo, os vários movimentos sociais brasileiros e mundiais articulam-se sobre as suas pautas. O que foi materializado entre os Fóruns, Agendas, Redes são “termômetros” de combatividade ou acomodação, os dois

polos movimentam-se dentro das conjunturas, sujeitos e tensionamentos que possibilitam ou não disputas por uma hegemonia que consagre as suas bandeiras.

Falar de práticas educativas nos movimentos sociais é, no mínimo, atentarmos para as complexidades, revezes, interesses e possibilidades do enraizamento da consciência transformadora, a partir de uma práxis social crítica. A nosso ver, categorias como consciência e práxis não podem, jamais, serem mensuradas e engessadas em uma lógica cartesiana. Por isso, os movimentos sociais continuarão a ser um lócus de pesquisa a revelar práticas educativas, quiçá, pró-emancipação. Mas, é necessário, entretanto, desvelar o próprio fetiche de suas constituições.

Ao pontuarmos o processo de desfetichização como uma ação metodológica nos Movimentos Sociais, é preciso questionar: Qual o ponto de convergência e unificador dos diferentes movimentos sociais? O que o Movimento Negro tem em comum com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra? O que o contemporâneo Movimento LGBT tem de convergente com o Movimento dos Sem Teto? Poderíamos falar de diversos paralelismos. Essas e outras perguntas permanecem, a nosso ver, na seara das disputas por voz, vez, direitos, de humanização e do aprimoramento das suas bandeiras.

Algumas pistas desses dilemas trilhamos nesse artigo e reafirmamos: enquanto houver tensão extratora do Trabalho social pelo Capital, boa parte da criação, realização, vida com “sentido” ficará à mercê das ações não radicalizadas⁴.

Basta-nos, nesse momento, em um agosto seco, ouvirmos o tilintar das painéis do alto dos prédios da consagrada classe média brasileira, a bater e bater, com os músculos abdominais, nunca na história tão robustos. Batem por quê? O trabalho morto que representam as frigideiras desafinadas escondem o trabalho vivo, o pulso, o suor e a síntese das múltiplas determinações do concreto, nada mais, nada menos do que uma certa forma de relação social dominante há quase quatro séculos na sociedade brasileira. Desfetichizar é preciso, a vida ainda pulsa...

Notas

- 1 Movimentos de lésbicas, gays ,bissexuais e transgêneros
- 2 Chamamos unicistas os movimentos de pauta única, sem o diálogo com a totalidade.
- 3 Preservamos aqui a não distinção das consideradas pautas progressistas e conservadoras advindas de diversos movimentos sociais.
- 4 No sentido de ir à raiz (origem) dos problemas objetivos e subjetivos.

Referências

- ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. *Revista Trabalho & Educação*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez. 2012.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In.: *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3 ed. São Paulo: civilização Brasileira. 1979.
- GRESPAN, Jorge. O Negativo do Capital. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2012.
- HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In.: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. BORON, Atílio; AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina. São

Paulo: Editora da CLASCO e Expressão popular. 2006.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*, Tradução de Maria Elisa Cevasco, 2 ed., 3 impressão, São Paulo: Editora Ática, 2002.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MARX, Karl.

Produção da mais valia absoluta e da mais valia relativa. In.: __. *O Capital* Crítica da Economia Política). São Paulo: DIFEL (Difusão editorial S/A), 1982. Livro Primeiro, vol. 2.

MARX, Karl. *O capital: livro primeiro - O processo de produção do capital*. 3ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857- 1858; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro Ed.UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos - filosóficos*. Boitempo. São Paulo, 2006.

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. A revolução social e a divisão do trabalho. In.: _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável. In: MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de Movimentos sociais In.: *Revista Sociedade e Estado*, UnB. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse e LÜCHMANN, *Lígia Helena Hahn*. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. In: *Revista Política e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política* da UFSC, nº 5. Out. 2004.

* Recebido em: 05.10.0000. Aprovado em: 27.10.2015.

PITIAS ALVES LOBO

Mestre em educação. Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia CEP 74001-970. Goiânia-GO. E-mail: pitiaslobo@live.com